Revista Espaço Acadêmico – n. 225 – nov./dez. 2020 – bimestral
ANO XX – ISSN 1519.6186

Relações interculturais e o trabalho de tradução: o ALEPH

JULIANO BONA*

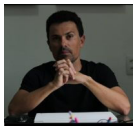
Resumo: Nosso momento histórico é pulverizado por uma malha discursiva que coloca em perspectiva as relações interculturais e a consciência de se observar o diferente no trabalho de tradução. Deste modo, nosso objetivo foi analisar o trabalho de tradução intercultural, no que se refere à geografia das relações culturais contemporâneas, e o local de observação do sujeito que traduz. Trata-se de um ensaio teórico, que articula conceitos dos seguintes autores: ARENDT (2007), BAUMAN (2010, 2012), BORGES (1949), DELEUZE e GUATTARI (1997, 2010), HAN (2017), LAPOUJADE (2017), SANTOS (2002). Primeiramente, descrevemos a tessitura das relações interculturais em nosso momento histórico, empregando, para isto, a metáfora O Aleph, de Borges (1949), para estabelecer a crítica do pano de fundo que expressa os movimentos de observação no trabalho de tradução. Em seguida, retomamos o trabalho de tradução e os processos de subjetivação do sujeito que observa o diferente nas superfícies de contato interculturais, na imanência dos acontecimentos sociais.

Palavras-chave: Interculturalidade; Trabalho de tradução; Subjetividade.

Intercultural relations and translation work: o ALEPH

Abstract: Our historical moment is pulverized by a discursive network that puts intercultural relations in perspective and the awareness of observing the different in the work of translation. In this way, our objective was to analyze the work of intercultural translation, with regard to the geography of contemporary cultural relations, and the place of observation of the subject who translates. This is a theoretical essay, which articulates concepts from the following authors: ARENDT (2007), BAUMAN (2010, 2012), BORGES (1949), DELEUZE and GUATTARI (1997, 2010), HAN (2017), LAPOUJADE (2017), SANTOS (2002). First, we describe the fabric of intercultural relations in our historical moment, using, for this, the metaphor O Aleph, by Borges (1949), to establish the critique of the background that expresses the observation movements in the translation work. Then, we return to the work of translation and the subjectivation processes of the subject who observes what is different in intercultural contact surfaces, in the immanence of social events.

Key words: Interculturality; Translation work; Subjectivity.



* **JULIANO BONA** é Doutor em Educação pela Universidade do vale do Itajaí, Univali e professor de matemática na Rede Pública Municipal de Timbó.

O sujeito na/da interculturalidade

Quando pensamos em relações, várias imagens podem ser utilizadas para sintetizar esta ideia. Podemos pensar em sobreposições de espaços diferentes ou na topografia das igualdades, ou seja, no que é observado como semelhante por um sujeito que se cola a distância. Retomar os significados, os sentidos do que representa a palavra relações nos remete a um dos problemas de nosso momento histórico.

Vivemos em um espaço de herança multicultural, pulverizado por diferentes culturas. Diferentes materiais simbólicos, que, de alguma forma, sinalizam as fronteiras do que está dentro e fora de uma determinada cultura. Porém, em um espaço de hiperconexão onde o material simbólico ganha velocidade e transparência, os limites do que está dentro e fora de uma determinada cultura acabam sendo difíceis de ser objetivados e observados. Poderíamos, neste momento, pensar de forma reacionária, sinalizando que as diferentes culturas se sobrepõem aos espaços geográficos organizados na lógica de Estado-Nação. Nesse sentido, existe uma cultura espanhola, brasileira, indiana, que estão delimitadas por suas próprias fronteiras estatais.

Contemplar a ordem de um mundo sem fronteiras é um dos desafios de nossa contemporaneidade. E é neste sentido que nos remetemos às relações interculturais e ao trabalho de tradução. Relações que expressão a complexidade das interações, das trocas entre as diferentes culturas, onde a topologia das tramas culturais se articula às relações interculturais. O trabalho de tradução, diante desse contexto, nos faz pensar no sujeito que observa as relações e as transforma em substratos epistemológicos que penetram o campo da educação. Movimento que legitima a importância de se considerar não apenas a existência de diferentes culturas, como também as suas relações como potência de criação do diferente, nos mais diversos campos do conhecimento e da educação.

Para isso, dobramos nosso olhar para observar o sujeito que observa e traduz as relações interculturais. E é neste momento que vários problemas se sobrepõem. Como podemos pensar em um sujeito que traduz diferenças, para com isso legitimar a lateralidade das diferentes culturas e posterior produção de saberes em nível epistemológico, se a produção de subjetividade não acontece no vazio? Todos carregamos em nossa pele as marcas do que nos constitui culturalmente; somos produzidos como sujeitos que observam as relações interculturais sem a garantia de pertencermos a um lugar neutro, liso, que tudo vê. Sujamo-nos nos discursos, no material simbólico que corriqueiramente pertence ao lugar onde caminhamos, a cultura à que pertencemos. Mesmo com o aumento da circulação das informações em nível global, que nos atingem constantemente, a singularidade cultural que à pertencemos está, de alguma forma, marcada em nosso olhar. Desta forma, partindo do pressuposto que o sujeito que traduz não está flutuando em um espaço descontaminado discursivamente, e que a própria geografia, as fronteiras e o material simbólico global tornam-se transparentes a cada segundo, como podemos construir um local epistemológico que nos permita traduzir as relações interculturais?

Nesta esteira, nosso objetivo é analisar o trabalho de tradução intercultural, no que se refere à geografia das relações

culturais contemporâneas, e o local de observação do sujeito que traduz. Para isso, descreveremos a tessitura das relações interculturais em nosso momento histórico, empregando a metáfora *O Aleph* de Borges (1949), para estabelecer a crítica do pano de fundo que expressa os movimentos de observação no trabalho de tradução. Em seguida, retomamos o trabalho de tradução e os processos de subjetivação do sujeito que observa o diferente nas superfícies de contato interculturais, na imanência dos acontecimentos sociais. Trata-se de um ensaio teórico que articula conceitos dos seguintes autores: ARENDT (2007), BAUMAN (2010, 2012), BORGES (1949), DELEUZE, G. e GUATTARI (1997, 2010), HAN (2017), LAPOUJADE (2017), SANTOS (2002).

A tessitura das relações interculturais: o infinito na finitude

> - O Aleph? – respondi.
>
> (...)
>
> Para a Cabala, essa letra significa o En Soph, a ilimitada e pura divindade; também se disse que tem a forma de um homem que assinala o céu e a terra, para indicar que o mundo inferior é o espelho e o mapa do superior, para a Mengenlehre, é o símbolo dos números transfinitos, nos quais o todo não é maior que qualquer das partes (BORGES, 1949, p.96).

A ideia de totalidade parece dar conta da maneira como pensamos a geografia da diversidade cultural. Temos o globo, as divisões territoriais, a sinalização do que pertence a uma determinada cultura. O conto de Borges (1949), O Aleph, narra esse jogo da intencionalidade de ver e objetivar a totalidade e a organização do mundo. Se a intenção irônica é observar a totalidade do mundo por meio de um único ponto, isto envolve, a princípio, pensarmos nas partes, nas diferentes culturas e suas organizações, internas e externas, como também no observador que tudo vê, com habilidades subjetivas de identificar a diferença, traduzir as diferentes culturas. Temos dois caminhos a seguir, a dos territórios organizados culturalmente, o que é possível de ser observado por meio do Aleph, e as relações de subjetividade, o olho que, ao perceber e se posicionar em um local estratégico, acredita tudo ver, *O Aleph* de Borges (1949). Vamos aos territórios.

Podemos pensar em um mundo estático, ordenado culturalmente, finito em seus contornos e fronteiras. Neste contexto, como sinaliza Bauman (2012, p. 25), "a cultura é um fator imobilizante, estabilizador". Estabiliza e mobiliza as dinâmicas sociais em um território possível de ser observado em sua totalidade. O todo, nesse sentido, é maior que as partes que representam as diferentes culturas, e expressa a geografia total da diversidade cultural. Os movimentos singulares, isto é, as práticas simbólicas efetivadas em determinada cultura são todas justificadas a partir dessa grade organizacional. O dentro e o fora não são problematizados; os rios, mares, estradas, que, muitas vezes, representam as fronteiras estatais, não formam apenas territórios que justificam o campo de jurisdição de determinado país. Esses locais físicos, palpáveis e observáveis representam cortes que ultrapassam a ideia de fronteiras territoriais. O material simbólico, isto é, os discursos que formam os tecidos culturais são dobrados. Poeira e linguagem se misturam e edificam as barreiras do que está dentro e do que está fora de uma determinada cultura.

Existe intencionalidade na edificação das fronteiras simbólicas que ultrapassam os territórios geográficos. Podemos pensar em uma geografia do pensamento, (DELEUZE; GUATTARI, 2010), onde o material simbólico, construído culturalmente, se posiciona nas esteiras administrativas, guiadas pelas relações de poder. Relações complexas que podem ser sinalizadas, não sem intencionalidade, na procura e na escavação geológicas das reações interculturais, na disputa simbólica entre as fronteiras, na expansão territorial das culturas hegemônicas. Cultura que se veste de não cultura foi a ideia inicial do projeto iluminista. "Para se tornar total, a cultura tinha primeiro que negar que fosse um projeto: precisava disfarçar-se de natureza" (BAUMAN, 2012, p. 51). Nesse sentido, o projeto iluminista se esconde na ideia de racionalidade universal, estratégia que provoca duas consequências que não se separam. A primeira é a edificação de um discurso, vinculado principalmente às ciências exatas, que ganha um estatuto de universalidade, material epistemológico que coloniza e torna transparentes as fronteiras culturais dadas a priori. Ou seja, o próprio deslocamento discursivo ligado ao estatuto do que se define como ciência na modernidade paira sobre as cabeças dos diferentes sujeitos, pertencentes às mais diferentes culturas. A segunda é a contaminação subjetiva que projeta nosso olhar a um mundo que se organiza de forma cartesiana. A lógica racional, inaugurada pelo iluminismo, torna alguns conhecimentos eurocêntricos transcendentes, e, ao mesmo tempo, projeta a forma como as culturas se organizam, e, ainda, como devemos observar a diferença nesse contexto.

A diferença, neste espaço quadriculado, onde cada cultura ocupa um ponto em um sistema coordenado, se organiza por meio de listas. Nesta perspectiva, cada cultura ocupa a finitude de sua geografia e expressa seu material simbólico singular. Estes espaços, por sua vez, são suscetíveis de serem observados a distância. E é neste momento que se estabelece a relação entre a estrutura organizacional social, dada a priori, e o observador. As dobras deste movimento se sobrepõem aos acontecimentos analisados por Arendt (2007), quando afirma que há três grandes eventos que estão no limiar da modernidade: a descoberta da América e a exploração de toda a Terra, o processo de exploração individual, o acúmulo de riqueza social, a invenção do telescópio e o desenvolvimento de uma nova ciência que considerava a natureza da Terra de um ponto de vista universal.

O telescópio de Galileu, o Aleph criado pela modernidade, não representa apenas um artefato para melhor observar as estrelas e o universo, fato impensável até então para as pessoas presas à terra, guiadas por um mundo predominantemente sensorial. O que se questiona, com as novas observações de Galileu, é a natureza da capacidade humana de observação. Desta forma, Galileu, ao apontar o telescópio para o céu, constrói um novo critério de observação que retira o homem de seu ambiente, do mundo ou da terra, e se retira a uma distância de tudo o que o rodeia. Quanto maior for a distância entre o homem e seu ambiente, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano lhe restará (ARENDT, 2007).

Neste sentido, a condição que permite observarmos o mundo e suas diferentes culturas é o alargamento das distâncias entre o sujeito que observa e a geografia

cultural organizada em coordenadas quadriculares. Há, neste ponto, uma limitação de se observar a distância diante da finitude de uma criatura presa à terra. Para solucionar este problema, o cartesianismo transfere este ponto distante das relações terrenas para dentro do próprio homem; escolheu "como último ponto de referência a configuração da própria mente humana, que se convence da realidade e da certeza dentro de um arcabouço de formas matemáticas produzidas por ela mesma" (ARENDT, 2007, p.297). Literalmente, nesse sentido, reduzimos a ciência à matemática e substituímos nossos sentidos por um sistema de equações matemáticas, em que todas as relações que estabelecemos com o real se vinculam a um sistema de relações lógicas entre símbolos criados pelo homem: "É esta substituição que permite à ciência moderna cumprir a sua tarefa de produzir os fenômenos e objetos que deseja observar. E o pressuposto é que nem Deus nem um mau espírito pode alterar o fato de que dois mais dois são quatro" (ARENDT, 2007, p.297).

A união entre a matematização do mundo e o sujeito cartesiano que tudo observa, forma o espectro de luz que legitima o que pode ser observável culturalmente. As relações interculturais se legitimam nas fronteiras geográficas bem definidas. O sujeito que observa, por sua vez, é munido de capacidades forjadas na racionalidade matemática, o que lhe permite observar as diferenças, igualdades, entre as diferentes culturas. A configuração da mente matemática do sujeito cartesiano ilumina e permite observar a totalidade de um mundo em expansão variável. O Aleph cartesiano não simplifica apenas o mundo e suas diferentes culturas. Cria um espaço, que ultrapassa sua geografia e se instala no sujeito que se percebe munido de ferramentas totalizantes, sendo transcendente com relação aos acontecimentos mundanos. É o infinito do mundo, ou seja, sua complexidade cultural, definida em quadros, onde o observador, por meio de ferramentas matematizastes, e seu cogito universal, classifica o que está dentro e fora dos muros culturais. Há uma contração do mundo, finitude geográfica e cultural, finitude subjetiva que cria o fenômeno observável e acredita ter descoberto o Aleph.

A complexidade se estende em nosso momento histórico. Não apenas a percepção epistêmica do mundo que se edifica na pós-modernidade. Existem fios que conduzem a arquitetura de um novo mundo que atinge de forma direta as antigas organizações culturais. Fibra ótica que cruza nossos oceanos, matas, desertos, e cria uma interação instantânea entre os diferentes povos e culturas. As fronteiras culturais, a diferença edificada pelo cartesianismo e a legitimação da observação a distância não nos permitem analisar as movimentações infinitesimais que corroem constantemente as partes mais duras que caracterizam as diferentes geografias culturais. A fluidez social, analisada por Bauman (2010), nos ajuda a pensar estas dinâmicas em nível cultural.

A fluidez das relações sociais pós-modernas, sua liquidez e rápida modificação imprevisível, rompe com a perspectiva moderna de estruturação racional da vida humana. Nesse sentido, ficava muito claro "para a elite educada que o esperado reino da Razão se materializaria muito devagar. (...) O reino da Razão sempre foi, em essência, o domínio de seus porta-vozes. Tal domínio era agora uma probabilidade

remota e minguante" (BAUMAN, 2010, p.158). O mundo organizado, reino da razão observável a distância na ideia de sujeito cartesiano que tudo vê, analisa e classifica a dimensão subjetiva do Aleph, perde potência em um mundo movediço. Vale frisar que a liquidez das relações sociais não soterrara as fronteiras culturais; a racionalização terrena, em suas múltiplas camadas, ainda atua na percepção e no esquadrinhamento cultural. Trata-se de um sistema de divisão mais sofisticado, poroso, transparente, onde a identificação do que está dentro e fora de uma determinada cultura se caracteriza como um dos efeitos, como veremos adiante, a serem analisados no trabalho de tradução intercultural.

O Aleph construído pelo cartesianismo, as dobras interpretativas para se analisar e observar as diferentes culturas, ganha, em nosso momento histórico, uma série de variáveis. É consenso, entre os pensadores contemporâneos, haver a influência dos sistemas de informação na gestão e na modificação das fronteiras de qualquer tipo. Se as culturas, de alguma forma, se expressavam nas faces dos sujeitos que a compõem, a sociedade da transparência, pensada por Han (2017), edifica "um mundo que consistisse apenas por informações e cuja comunicação fosse apenas a circulação de informações, livre de perturbação, não passaria de uma máquina" (p.12). A palavra transparência abre a possibilidade de pensarmos em outros sentidos que se articulam com os processos de uniformização cultural, face e Sujeito/cultura. O semblante humano, representante infinitesimal da cultura à qual pertence, ganha outras formas na fotografia na era das redes sociais, o semblante cultural se transforma em face. É a forma de mercadoria do semblante humano, a face se transforma em uma superfície transparente, o Sujeito/cultura se contrai para dar lugar à transparência, na qual irrompe a presença do outro. A face, nesse sentido, "habita a imanência do igual" (HAN, 2017, p.29).

Se o Aleph cartesiano tinha como pressuposto o distanciamento introjetado na ideia de sujeito universal, a dobra sujeito/cultura como unidade infinitesimal dos sujeitos que circulam em diferentes geografias, indica, a princípio, um deslocamento de como definimos e observamos a diferença na pós-modernidade. A complexidade das interações culturais, o terreno movediço das camadas que compõem a sociedade torna as fronteiras transparentes, onde a única saída de legitimação e estabilidade se articula a um devir infinitesimal, na procura do resto, ou seja, da sobra do que é estável culturalmente. A busca do infinito na finitude, o sujeito/cultura, o átomo observável de uma sociedade sem fronteiras.

Poderíamos, ou deveríamos fazer várias perguntas neste momento. Como vimos, a ideia de sujeito universal que tem o poder de observar o todo, O Aleph cartesiano, não suporta as tensões que vibram em nosso momento histórico. De outro modo, instalar uma visão atomicista da sociedade, à procura de átomos de rigidez cultural na relação Sujeito/cultura, pode representar a edificação de outro Aleph, o que promete o mínimo de estabilidade diante de um mundo que está se movimentando em duplo devir. Estamos em outro momento. As intencionalidades não se voltam apenas para o aumento da velocidade de propagação das informações em um espaço sem fronteiras, devir velocidade, devir web. Existe, e é neste ponto que o todo não é maior que as partes, uma

força que age sobre as velocidades de locomoção das informações. E é diante deste cenário, que na próxima seção, analisaremos o trabalho de tradução intercultural.

O trabalho de tradução intercultural: o Aleph

> - O Aleph? – respondi.
>
> - Sim, o lugar onde estão, sem confundirem, todos os lugares de orbe, visto de todos os ângulos. (...)
>
> - Mas não é escuro o porão?
>
> - A verdade não penetra num entendimento rebelde. Se todos os lugares da terra estão no Aleph, aí estarão todas as luminárias, todas as lâmpadas, todas as fontes de luz (BORGES, 1949, p.96).

Encontramo-nos diante de um duplo impasse. A distância e a criação cartesiana da subjetividade universal nos levam a pensar nos limites do que se denomina de tradução intercultural. Para Santos (2002), o trabalho de tradução cultural se caracteriza por meio da construção de uma teoria que permite tornar e construir inteligibilidades recíprocas entre as diferentes culturas. Neste contexto de diferenças, novamente nos questionamos sobre o local do sujeito tradutor. *O Aleph* de Borges (1949) funciona para nós como uma metáfora que apimenta em tom irônico a pretensão que os mais diferentes discursos, filosóficos, sociológicos e epistemológicos colocavam, muitas vezes de forma implícita, a existência efetiva e inquestionável de um ponto que permite tudo observar como irradiante, cheio de luz e esplendor.

A macrovisão objetiva pelo telescópio de Galileu, ou a visão atomicista cartesiana carregam, em seu pano de fundo, o Aleph. Um ponto, um local, que serve de porto seguro para observar a diferença, isto é, a cultura como estrato observável das práticas humanas geograficamente situadas. Nesse sentido, como ter consciência de que se está observando a diferença? Não existe neutralidade epistemológica, cognitiva, que ultrapasse e permita isolar diferença e repetição. O Aleph, como analisamos anteriormente, legitima a possibilidade de que existe uma neutralidade externa, um ponto que permite tudo observar. Pensar em outro pano de fundo que permita traduzir, considerando a complexidade e as possibilidade que este trabalho permite em nosso momento histórico, a princípio, exige a percepção, não apenas dos estratos observáveis culturalmente: "é preciso encontrar o ponto de vista da coisa, pois cada modo de existência possui seu ponto de vista" (LAPOUJADE, 2017, p.48).

Ponto de vista, o Aleph, que, na forma de metáfora, representa um ponto externo que tudo observa, pensamento crítico que revela o pano de fundo de como podemos observar e analisar as relações interculturais. Trabalho de tradução, deste modo, que se coloca externo aos acontecimentos culturais contemporâneos. Não negamos o local que o observador ocupa no processo de tradução, e tudo que isto implica. Porém, e este é o primeiro movimento que faremos para que possamos pensar em outras possibilidades de tradução intercultural, é deslocar o observador para a imanência, para o campo dos acontecimentos geográficos e culturais. Lapoujade (2017, p.47) afirma que "não temos uma perspectiva do mundo, pelo contrário, é o mundo que nos faz entrar em uma de suas perspectivas". Assim, todo sujeito da tradução carrega marcas culturas, correntes discursivas que foram

tecendo seu olhar em um jogo dinâmico de variáveis próximas e distantes.

Observar a si mesmo no trabalho de tradução, os pressupostos e os saberes que nos constituem; pensar na imanência das diferentes perspectivas do mundo que envolvem o trabalho de tradução: como fazer isso? Como fazer ver essas perspectivas que envolvem as diferentes culturas? Existe um método, um procedimento de fazer ver? Sem a distância garantida pelo Aleph cartesiano, a poeira do chão parece arranhar o olhar. Podemos pensar em alternativas, procedimentos que permitam limpar o campo de observação que se estabelece na imanência das tramas culturais. As reações interculturais podem ser pensadas na positividade, em uma dinâmica que permite construir outras relações de saber que se posicionam ao lado da lógica transparente que se locomove pelas redes. A redução pode ser uma opção para pensarmos em um local de observação que esteja contido na imanência dos acontecimentos culturais.

Procedimentos que permitem ver, ou tornar visíveis outras culturas, outros sujeitos, até os que são considerados invisíveis. Em princípio, parece coerente deslocar para fora do campo de visão todos os pressupostos, os preconceitos, todos os tipos de saberes que não permitam a renovação da percepção. "A redução é, primeiramente, uma operação de limpeza. É preciso purificar o campo da experiência de tudo aquilo que impede de ver" (LAPOUJADE, 2017, p.48). Ao longo da história do pensamento, diferentes filósofos promoveram a limpeza e destacaram os deslocamentos, as retiradas para poder ver. Platão, com o mundo das ideias e a libertação das sombras que se projetam nas paredes da caverna; Descartes, com a repetição da dúvida que permite instalar um espaço limbo no ambiente do - eu penso.

Reduzir para encontrar uma espécie de mundo das essências faz parte do mesmo jogo de linhas metaforizadas pelo Aleph. Reduzir, no que se refere ao trabalho de tradução se aproxima, deste ponto de vista, a um devir zero, grau zero da sensibilidade. Estamos mergulhados em um campo discursivo, linhas de força que por intenção se querem inteligíveis. Relações interculturais que, por meio do trabalho de tradução, permitam construir outros saberes na intenção de estabelecer lateralidades culturais não segregadoras. "Desta vez, a terra pode ser "deserta", estepe árida, ou então território desmembrado, devastado; ela nunca é solitária, mas cheia de uma população que nomadiza, se separa e reagrupa, reivindica ou chora, ataca ou sofre" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 137). Para Deleuze e Guattari (1997), reduzir é uma espécie de desertificar, ou seja, revisitar espaços anteriores ou posteriores ao sujeito para maximizar suas potências. Uma permanente experiência de um cogito reduzido a zero.

Se o mundo é interior à percepção, como afirma Lapoujade (2017), podemos inferir que as potencialidades se revelam por meio de uma abertura para a maior heterogeneidade possível de culturas, profundamente impuras com relação às vertentes transcendentais cartesianas e platônicas. Capazes, nesse sentido, de se modificar, se deslocar por diferentes perspectivas e se mover através delas. Surfar nestas linhas é buscar o ponto zero, grau zero, pois, se o mundo é interior à percepção, zero é o ponto de conversão. É o nascimento de uma perspectiva, enquanto que o "menos que zero" seria a marca da sua dissolução em

um mundo comum, comum demais" (LAPOUJADE, 2017, p.58). O deserto deleuziano, o grau zero, é o local de observação onde podemos pensar o trabalho de tradução na imanência das relações interculturais. Estamos diante da possibilidade de criar outros mundos. A tradução como grau zero, a tradução como conversão e possibilidade de construção conceitual.

O grau zero, a conversão e a possibilidade de criarmos novos mundos a partir do trabalho de tradução intercultural nos remetem a problematizar, novamente, as caraterísticas topológicas de nosso momento histórico. Se a desertificação, a edificação de um espaço de observação na imanência se caracteriza como uma possibilidade e crítica ao Aleph, que está no pano de fundo dos processos de observação que se posiciona fora dos fenômenos culturais observados, podemos pensar nas consequências desta perspectiva diante de um espaço global, onde as fronteiras se diluem na velocidade de propagação de uma sociedade que se faz transparente, como sinaliza Han (2017). Nesse momento, há uma espécie de junção entre a procura do fazer ver, grau zero cognitivo, abertura incondicional à diferença, e a visão infinitesimal da sociedade. Existem, nesse sentido, duas procuras, o grau zero, relações de subjetivação que permitam o trabalho de tradução em nosso momento histórico, e o movimento de tatear o que permanece rígido e permite diferenciar os diferentes extratos culturais. Fazer ver e a percepção infinitesimal das diferentes culturas podem ser um dos caminhos para não cairmos na gravidade imposta pelo Aleph transcendente; o que está fora, o teatro das luzes que encena a visão total da percepção, o que tudo vê.

Algo no sujeito que permanece singular e estabelece uma relação direta entre cultura e sujeito. Diante de uma sociedade fluida, transparente, onde as fronteiras culturais se tornam porosas e cobrem grande parte do globo, parece sensato procurar as sobras da organização e singularização cultural em nível de sujeito. Problematizar a noção de cultura como entidade fechada em si mesma, internamente consistente, circunscrita. Seria preferível, neste sentido, abandonar a hipótese de culturas distintas; em vez disso, falar de "alteridade – um modo de existência e coexistência tão universal quanto não sistêmico e muitas vezes aleatório. A diferença é o modelo do mundo à nossa volta, a diversidade é o modelo do mundo dentro de cada um de nós" (BAUMAN, 2012, p.77).

As microculturas em nós, este é o extrato cultural, as sobras relativas dos antigos tremores que modificaram a geografia cultural contemporânea. Trata-se não apenas de traduzir os artefatos, ciências, sociologias, filosofias, saberes, linguagens, que fizeram parte das diferentes culturas, brasileira, indiana, francesa; trata-se também de analisar como todo este horizonte, que se estruturou no passado, se atualiza em nosso momento histórico. Como os sujeitos atualizam em suas práticas a matemática eurocêntrica? De que forma a matemática indígena atravessa os saberes que circulam na cultura brasileira em nível de subjetividade? Como os gregos ou os cristãos medievais nos habitam? Estas são algumas das perguntas que nos fazem pensar nos guias, na entropia que ligam o passado e o presente das dinâmicas culturais, sistemas observáveis que se prendem na pele dos sujeitos da tradução.

Deste modo, se o mundo é interior à percepção, como afirma Lapoujade (2017), e o processo de entropia cultural nos leva a observar suas micro permanências em nível de sujeito, podemos fazer algumas provocações sobre o processo de desertificação, conversão, grau zero, redução. Desertificar para traduzir, de certa forma, e nesse contexto, é ativar a percepção da diversidade que vive em nós, ou melhor, como afirma Bauman (2012, p.77), "a diversidade é o modelo do mundo dentro de cada um de nós". Porém, muitas barreiras precisam ser transpostas. Discursos hegemônicos que se colocam de fora dos fenômenos analisados, o Aleph costuma povoar os imaginários no trabalho de tradução. O que é negativo se impõe como hegemónico. Devir redução, grau zero, desertificar, não para esvaziar ou eliminar os sentidos, mas para preencher com outros. Outros sujeitos, outras culturas, saberes, conversão dos imaginários calculistas em um espaço de possibilidades, ou seja, o grau zero como local onde a percepção permite criar novos mundos. Desertificação como um processo que permite ativarmos a diversidade como modelo de mundo que está dentro de nós. Linha que se estende na direção da redução, diversidade e criação.

Trata-se do trabalho de criação conceitual no sentido de Deleuze e Guattari (2010). Não na perspectiva de criação abstrata de sentidos que circulam nas relações interculturais, mas no sentido de situar conceitos singulares que pertencem a cada cultura. Por exemplo, o conceito de práxis matemática em diferentes geografias, a relação que os sujeitos próximos desenvolvem sobre teoria e prática no campo da matemática. Temos, novamente, redução, diversidade e possibilidade de criação conceitual na relação de como as diferentes culturas e sujeitos se relacionam com a matemática no dia a dia. Apertar o olhar, ativar os músculos que circulam nossos olhos, expressão facial que representa a redução diante da diferença que provoca a diversidade. A criação na imanência, neste sentido, está próxima: "é um novo signo da passagem do modal para o transmodal; não mais se trata de ser isto ou aquilo, mas sim de conquistar tantas novas maneiras de ser como se fosse tantas dimensões de si mesmo" (LAPOUJADE, 2017, p.59). *O Aleph* de Borges (1949) como metáfora que representa a crítica a uma tradução que se legitima a distância. Reduzir, devir grau zero, para que possamos no deserto despertar a diversidade e potencializar novas maneiras de ser, por meio de uma subjetividade que emite múltiplas dimensões.

O Aleph em nós: algumas considerações

Chegamos ao final deste ensaio pensando na dimensão mais próxima do Aleph. Aquela que está nas regiões subcutâneas de quem digita as teclas e enxerga a si mesmo na fita espelhada ao lado da tela do computador. Antes, vale destacar que o objetivo deste ensaio é analisar o trabalho de tradução intercultural, no que se refere à geografia das relações culturais contemporâneas, e o local de observação do sujeito que traduz. Fizemos, neste sentido, dois movimentos. Primeiramente, analisamos a tessitura das relações interculturais em nosso momento histórico e suas consequências no local de observação do tradutor. Utilizamos *O Aleph* de Borges (1949) como metáfora que expressa o pano de fundo de um tipo de perspectiva que observa de fora, legitimada pelo discurso cartesiano em nível de cognição. Há uma espécie de junção

entre a geografia quadriculada e o observador que as constata. A crítica está na forma, na maneira como pensamos as diferentes culturas em nosso momento histórico, no que se refere às dinâmicas de propagação em rede que se fazem transparentes. Em um segundo momento, pensamos nos pressupostos do Aleph no trabalho de tradução e na necessidade de deslocarmos o local de observação para a imanência das relações interculturais. Redução, diversidade e possibilidade de criação são os efeitos de sentidos que a desertificação provoca em nós. Redução, grau zero, como um método de fazer ver, para que, no caminho, possamos nos envolver na criação de novos mundos. Mundo que cria, se cria, nas diferentes culturas que se projetam em nível de sujeito, pequenas partes infinitesimais, escombros de um passado geográfico organizado em células, como uma planilha de Excel.

Voltamos ao si. A possibilidade de usarmos a metáfora do Aleph de Borges (1949) como crítica as perspectivas flutuantes, aquelas que assumem o estatuto do fora, nos fazem, de alguma forma, pensar no Aleph em nós. Deslocar o olhar para o horizonte dos acontecimentos culturais, o trabalho de tradução que permite promover lateralidade e inteligibilidade entre as diferentes culturas na imanência, nos coloca diante de uma constante que nos força para baixo. Gravidade que limpa os pressupostos que impedem o ver. Fazer ver, deste ponto de vista, significa diminuir a temperatura do local, frio desértico que a princípio se vincula à unicidade do sujeito em um espaço de preparação para a tradução. Unicidade que nos faz observar a si mesmo, e o Aleph que nos foi encucado como pressuposto para deslumbrar a totalidade. Nesta esteira, o trabalho de tradução é uma espécie de caldo que mistura o ato de observar a si mesmo, O Aleph em nós, bem como os estratos da diferença que se apresentam na forma de sujeitos, culturas e artefatos relativamente estáveis que circulam nas diferentes geografias. O Aleph ainda nos provoca espanto, não apenas pela tecnologia discursiva que guia o fazer ver de sujeitos que se consideram iluminados, bem como pela incansável vigilância de observar a si mesmo e o constante trabalho de se traduzir e se alegrar pelo que já foi feito; são as diferentes cores que o nosso olhar já sente.

Referências

ARENDT, A. **A condição Humana.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2007.

BAUMAN, Z. **Ensaios sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Z. **Legisladores e Interpretes.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BORGES, J. L. **O Aleph.** In: O Aleph. São Paulo: Companhia das Letras, 1949.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs.** Vol. 4. São Paulo: Coleção Trans. 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paula. Editora 34. 2010

HAN, B-C. **Sociedade da transparência.** Rio de Janeiro: Vozes. 2017.

LAPOUJADE, D. **As existências mínimas.** São Paulo: N-1. 2017.

SANTOS, B. S. **Para uma sociedade da ausência e uma sociedade das emergências.** Revista crítica das ciências sociais. 2002. p. 237-280.

Recebido em 2020-07-28
Publicado em 2020-11-13